

JUSTIÇA PARA NOSSAS CRIANÇAS!

VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA A JUVENTUDE DA PERIFERIA, ATÉ QUANDO?



**KAUÃ VITOR
DA SILVA**
11 ANOS



**LEÔNIDAS
AUGUSTO**
12 ANOS



**LUIZ ANTÔNIO
DE SOUZA**
14 ANOS



**MARIA ALICE
NEVES**
4 ANOS



**RAYANE
LOPES**
10 ANOS



**JOÃO VITOR
MOREIRA**
14 ANOS



**ANNA CAROLINA
DE SOUZA NEVES**
8 ANOS



**DOUGLAS
ENZO**
4 ANOS



**ÍTALO
AUGUSTO**
7 ANOS



**JOÃO
PEDRO**
14 ANOS



**EMILY
VITÓRIA**
4 ANOS



**REBECA
BEATRIZ**
7 ANOS

PÁGINAS 4 E 5

JUSTIÇA REPRODUTIVA

Criminalizar a vítima é violência do Estado



PÁGINAS 12 E 13

COZINHAS SOLIDÁRIAS

Movimentos por moradia na luta junto com pessoas em situação de rua



EDITORIAL

Carlos D. Medeiros/NPC



A última aula da turma de 2024 do Curso de Comunicação Popular do NPC aconteceu no Quilombo da Gamboa, espaço de resistência e luta por moradia que fica na zona portuária do Rio de Janeiro.

O Jornal Vozes das Comunidades nasceu no ano de 2004, fruto da necessidade dos alunos de Comunicação Popular do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) escreverem matérias sob uma perspectiva pouco discutida pela grande mídia. Os alunos formados pelo NPC, com o apoio dos professores e coordenadores do curso, discutem as pautas e se organizam para escrever e desenvolver reportagens que tratam de assuntos do nosso cotidiano.

Em 2024, ano em que o curso de Comunicação Popular do Núcleo Piratininga de Comunicação completa 20 anos de existência, a capa apresenta a pauta que está na origem do curso e que segue atual: a violência contra a juventude negra. O Curso de Comunicação Popular do NPC foi criado pou-

co tempo após o episódio que ficou conhecido como Chacina do Borel, quando 4 jovens foram assassinados pela polícia na favela da zona norte do Rio de Janeiro. Foi o contato com essa realidade e com as pessoas que estavam vivendo essa tragédia que nos desafiou a começar esse trabalho. E esse cenário de violência, infelizmente, segue grave. De acordo com dados do Atlas da Violência divulgados em junho deste ano, entre 2012 e 2022, em média, 111 pessoas negras foram assassinadas por dia no Brasil. Mais da metade tinha entre 15 e 29 anos.

Além de segurança pública, a edição traz também matérias sobre saúde mental, saúde da mulher, mobilidade urbana, cultura, fome, moradia, comunicação popular e o G20.

ENCONTRO COM O GRITO



Divulgação

Nosso jornal é lançado sempre no dia 7 de setembro, durante o Grito dos Excluídos, no Rio de Janeiro. O ato do Grito dos Excluídos leva para as ruas as pautas e a luta de grupos e povos que, ao longo da história, foram silenciados e invisibilizados. Nossas vozes se somam a esses gritos. Este jornal é fruto da colaboração de quem acredita em uma comunicação feita pelo povo e para o povo. **Boa leitura!**

Vozes das Comunidades

JORNAL LABORATÓRIO DO CURSO VITO GIANNOTTI DE COMUNICAÇÃO POPULAR

R. Alcindo Guanabara, 17, sl. 912 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Site: nucleopiratininga.org.brContatos: npiratininga@piratininga.org.br

Tel.: (21) 99628-3667

Coordenação: Luisa Souto

Jornalista responsável: Claudia Santiago (MTB 14915)

Design gráfico: Carlos D Medeiros

Professores: Adriana Medeiros | Arthur William | Claudia Santiago | Gizele Martins | Leon Diniz | Luisa Souto | Marcelo Edmundo | Wolney Malafaia | Tatiana Lima

Agradecimentos: Sinpro-Rio | Ocupação Manoel Congo | Tuia Café Cultural | Quilombo da Gamboa | Dicionário de Favelas Marielle Franco | Jornal Fala Roça | Lidiane Mosry

Equipe - Turma 2024: Alexandre Almeida | Alessandro Moizinho | Alice Machado | Ana Beatriz Santos | Ana Muza Cipriano | Anna Paula de Souza (Nadru) | Beatriz Vencioneck | Breno Rocha | Carla Andrade | Carolina Rodriguez | Cássia Moura | Cristiano Martins | Déborah Marinho | Dione Lins | Djulielén Karla | Edith Medeiros | Emilly Assunção | Julia Maria de Oliveira | Juliana Neris | Lidi Oliveira | Lívia Barbosa Dornellas | Marcio Barreto | Maria Julia dos Santos | Marina Laiun | Matheus de Carvalho | Natália Arantes | Raniery da Silva | Samuel Almeida | Samuel Xavier | Simone Lauar | Tiago Araújo | Thales Freitas | Thiago Hermínio | Vitória Luiza



Esta publicação foi realizada pelo Núcleo Piratininga de Comunicação com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo através de fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ)



SAÚDE

MINHA MENTE, MINHAS REGRAS

Precisamos falar sobre saúde mental

A pauta da saúde mental precisa ser tratada como prioridade, não como algo secundário ou opcional. Sem saúde mental, a vida perde o sentido.

Simone Lauer e Carla Andrade

Nos dias de hoje, falar sobre saúde mental não é apenas uma questão de importância; é uma necessidade. Vivemos em um tempo em que o ritmo da vida é cada vez mais acelerado, as pressões do dia a dia são gigantescas e os desafios que enfrentamos, seja no trabalho, na escola, em casa ou nas ruas, são imensos.

A saúde mental afeta tudo o que fazemos, e o impacto que ela tem em nossas vidas é profundo. Imagine só: todos nós temos momentos de estresse, de tristeza, de ansiedade. Mas, e quando esses momentos se tornam constantes? Quando o peso na mente fica tão grande que a gente mal consegue levantar da cama?

É isso que muita gente enfrenta diariamente. E o pior de tudo é que, muitas vezes, essas pessoas sofrem em silêncio, com medo de falar, de serem julgadas, de serem vistas como fracas. Só que isso não é fraqueza; é uma questão de saúde.

Falar sobre saúde mental é o primeiro passo para quebrar essa barreira, para acabar com o estigma que ainda existe ao redor desse assunto.

COVID PIOROU A SITUAÇÃO

A pandemia de COVID-19 foi um grande alerta para todos nós. De uma hora para outra, o mundo virou de cabeça para baixo. Tivemos que lidar com o isolamento, com o medo de perder quem amamos, com a incerteza sobre o futuro. E isso afetou profundamente a saúde mental de milhões de pessoas. Ansiedade, depressão, crises de pânico — tudo isso se tornou muito mais comum. E se tem uma coisa que a pandemia nos mostrou é que ninguém está imune a esses problemas.

Mas, enquanto alguns têm recursos para buscar ajuda, outros simplesmente não têm a quem recorrer. É por isso que projetos sociais (já que não temos ajuda nas redes públicas), como o Mentes da Maré e tantos outros, são tão essenciais. Eles oferecem apoio psicológico gratuito para quem mais precisa, para aquelas pessoas que, de outra forma, ficariam desamparadas.

QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Quando falamos sobre saúde mental em comunidades vulneráveis, estamos falando sobre a sobrevivência dessas pessoas. Em lugares onde a violência, a pobreza e a desigualdade são realidades diárias, o impacto na mente das pessoas é devastador. Não é só sobre estar triste ou preocupado; é sobre viver em um estado constante de alerta, de medo, de insegurança.

Falar sobre saúde mental é, portanto, uma forma de prevenir que esses problemas se agravem. É uma maneira de cuidar da nossa saúde como um todo.

A saúde mental deve ser tratada como prioridade, não como algo secundário ou opcional. Sem saúde mental, a vida perde o sentido. Não conseguimos trabalhar direito, não conseguimos nos relacionar bem com os outros, não conseguimos aproveitar os momentos de felicidade. É por isso que precisamos continuar trazendo essa pauta para o centro das discussões, seja na mídia, nas escolas, nos locais de trabalho ou em casa.

Nos dias de hoje, falar sobre saúde mental é um ato de coragem. É uma forma de dizer que a gente se importa, que a gente quer viver de forma plena e saudável. Só assim vamos conseguir construir uma sociedade mais justa, mais humana e mais acolhedora.



Carlos D./IA 2024

QUANDO FALAMOS SOBRE SAÚDE MENTAL EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS, ESTAMOS FALANDO SOBRE A SOBREVIVÊNCIA DESSAS PESSOAS. EM LUGARES ONDE A VIOLÊNCIA, A POBREZA E A DESIGUALDADE SÃO REALIDADES DIÁRIAS, O IMPACTO NA MENTE DAS PESSOAS É DEVASTADOR.

LEI DO RETROCESSO

Mais de 80 anos depois, Lei do aborto no Brasil segue praticamente inalterada

61,4% das vítimas de estupro no país são crianças de 0 a 13 anos de idade

Vinicius Ribeiro | Fotoguerrilha

Breno Rocha, Cássia Moura, Déborah Marinho, Edith Medeiros e Natália Arantes

O debate sobre a legislação do aborto no Brasil voltou a ganhar destaque nos últimos meses devido ao Projeto de Lei 1904/24, que está em discussão no Congresso Nacional. O projeto ficou conhecido pela população como PL da Gravidez Infantil já que, segundo dados da 17ª edição do anuário de segurança pública, 61,4% das vítimas de estupro no país são crianças de 0 a 13 anos de idade.

Os artigos 124 e 126 do Código Penal, elaborado em 1940, estabelecem o aborto como crime. O PL 1904/24 se apresenta como uma atualização dessa legislação, mas, ao invés disso, pode retroceder ainda mais. Se aprovado, mulheres vítimas de violência sexual e gestantes em risco de vida passariam a ter ainda menos direitos.

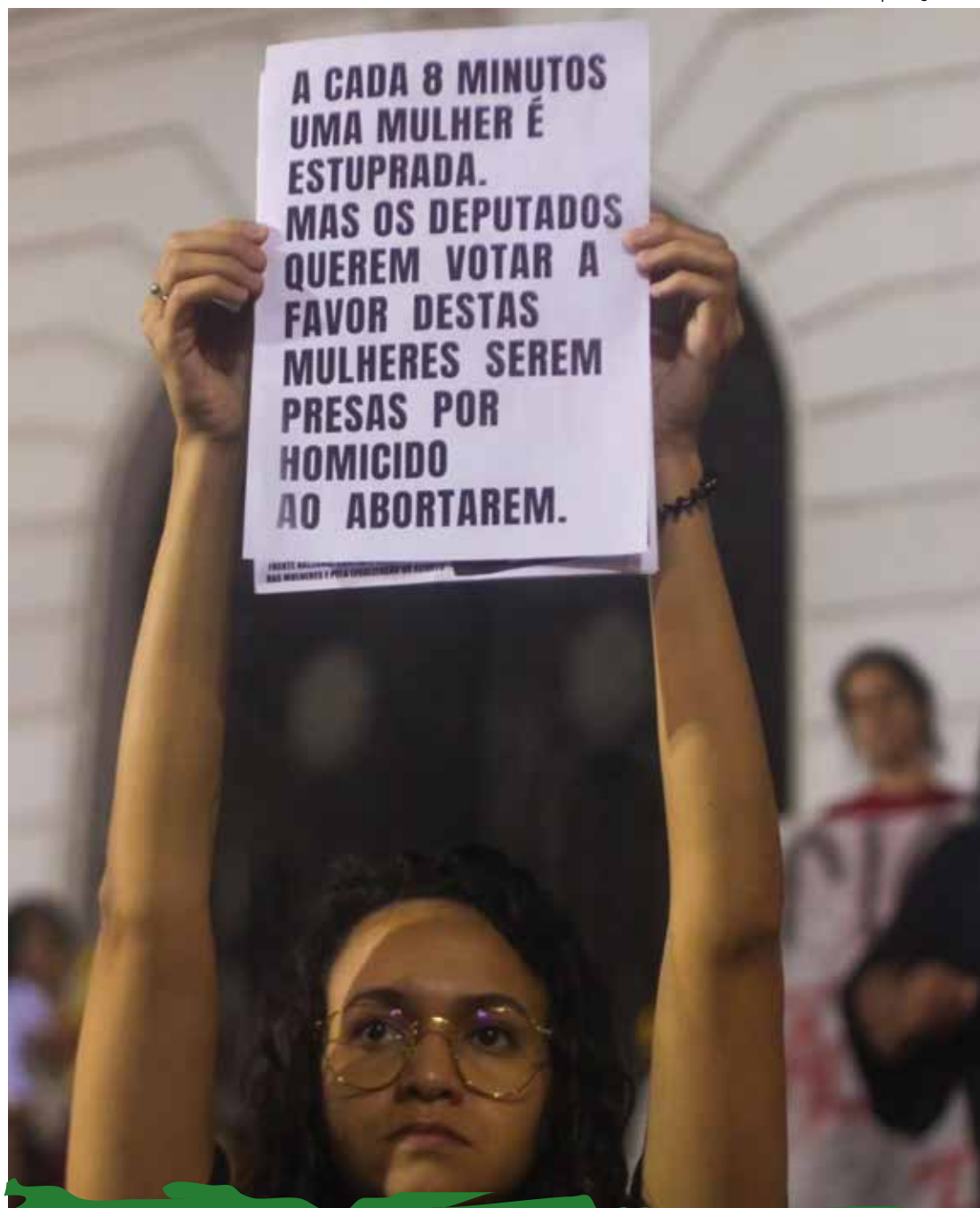
No Brasil, o aborto só é permitido por lei em três situações: estupro, anencefalia do feto e risco de vida da gestante. Nessas condições não há limite de tempo para a realização do procedimento. Mas o PL 1904/24 tornaria crime, inclusive nesses casos, a realização após 22 semanas.

Mesmo hoje, apesar das permissões legais, o acesso ao procedimento pode ser complicado. Segundo estudo das pesquisadoras Alexandra Boing e Marina Jacobs, de 5.570 municípios brasileiros, só 3,6% possuem acesso ao procedimento aborto legal. E de 290 estabelecimentos de saúde que realizam o procedimento, 40% ficam na região sudeste e 80% em municípios de alto IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

O que você sabe sobre Justiça Sexual e Reprodutiva?

Justiça Sexual e Reprodutiva é um conceito sobre a garantia de que todas as pessoas tenham o direito de tomar decisões informadas sobre sua saúde sexual e reprodutiva, o que inclui:

- . Acesso a informações sobre contracepção
- . Planejamento familiar
- . Cuidados pré-natais
- . Prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis
- . Direito ao aborto legal e seguro.
- . Aborto legal e seguro tem a ver com violência de gênero, direito à saúde sexual e reprodutiva e autonomia do próprio corpo. O Ministério da Saúde considera que a decisão de ter filhos, quantos e quando é direito e não pode sofrer qualquer discriminação, imposição e violência.



A CRIMINALIZAÇÃO NÃO RESOLVE OS PROBLEMAS E COLOCA A VIDA DE MULHERES EM RISCO.



Carlos D/IA 2024

A criminalização não impede mortes, pelo contrário.

Através de dados da Pesquisa Nacional do Aborto, pode-se constatar que mulheres de todas as idades, classes e origens fazem abortos. Na faixa etária de 18 a 39 anos, há 4,7 milhões de mulheres que já fizeram o aborto e uma em cada 5 mulheres até 40 anos já fez um aborto.

Mas, no Brasil, a experiência do aborto é mais frequente entre mulheres pobres, negras, indígenas e nordestinas, que são também mais vulneráveis a procedimentos clandestinos e inseguros. A desigualdade racial e de classes vulnerabiliza as mulheres em escolhas reprodutivas, visto que 15% das mulheres negras e 24% das mulheres indígenas já fizeram um aborto na vida, comparadas a 9% de mulheres brancas.

Complicações relacionadas ao aborto são a quarta causa de óbito materno no Brasil, atrás de hipertensão, hemorragia e infecção. E esse número pode ser ainda pior porque muitas vezes as mortes são registradas como hemorragias e infecções, o que pode camuflar a realidade.

A criminalização não resolve os problemas e coloca a vida de mulheres em risco. O estigma e o julgamento a que essas mulheres são submetidas faz com que muitas não procurem atendimento. E o preconceito sobre o tema, infelizmente, faz com que até mesmo profissionais de saúde não deem a devida atenção e amparo às mulheres.

SERVIÇOS GRATUITOS PELO SUS

Acesso ao cuidado é direito. Todas as pessoas que sofrem violência sexual têm direito a medicações que previnem as infecções sexualmente transmissíveis, incluindo pelo HIV. Quanto mais cedo forem tomadas as medicações, maior a eficácia. As pessoas que têm possibilidade de engravidar têm também o direito aos anticoncepcionais de emergência.

SIGILO MÉDICO É DIREITO

Quando acontece uma situação de violência a pessoa que procura atendimento à saúde tem direito ao sigilo garantido para sua proteção. Só há exceção quando a vítima é menor de idade e a violência deve ser comunicada ao conselho tutelar.

Esse direito esteve temporariamente em risco devido a portaria 2.082/2020 do Ministério da Saúde, segundo a qual os profissionais de saúde deveriam comunicar todos os casos de violência sexual à polícia. No mesmo ano, outra portaria deixou a obrigação menos clara, mas ainda ameaçava o direito. Em 2023, o texto foi totalmente revogado (portaria GM/MS 13/2023). Toda pessoa vítima de violência tem o

direito de realizar um boletim de ocorrência na polícia, mas a decisão cabe à pessoa. A comunicação não pode ser feita sem o seu consentimento.

ABORTO LEGAL NO SUS É DIREITO

Nem todas os hospitais com serviço de obstetria realizam o procedimento de aborto, mesmo nos casos previstos em lei. No município do Rio de Janeiro, a gestante que se encontra em uma das três situações conta com um serviço do SUS municipal que realiza o contato e agendamento do procedimento com o hospital. O serviço pode ser acessado em clínicas de saúde da família, postos de saúde ou hospitais da rede pública.

Você sabia?

No Rio de Janeiro, o Acolhe - Programa de Prevenção à Gravidez Não Planejada, disponibiliza contraceptivo de longa duração via implante para jovens mulheres pelo SUS. Essa é a primeira iniciativa que atende também adolescentes. Se você tem entre 14 e 25 anos, pode procurar as Clínicas da Família e pedir para se inscrever no programa. Lá, você terá uma conversa com a médica responsável sobre os métodos contraceptivos disponíveis. Além do implante, há possibilidade de escolher entre o DIU, anticoncepcional e injeção. Depois, partiu consulta e colocação do método escolhido!

Carlos D/IA 2024

O serviço está disponível no Ambulatório Médico de Especialidades Jornalista Su-Naspolini (AME), no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (PPG), zona sul da capital. O planejamento também é um direito sexual e reprodutivo que devemos ter acesso.



CRÔNICA

A ANGÚSTIA VEM DAÍ

ENEM e capitalismo



Livia Barbosa Dornellas

Eaqui estou eu. No 457, em pleno sábado. Dez e meia da manhã. O ônibus balança e avança, não pude escrever essas palavras no meu caderninho de anotações. Este, cujas primeiras anotações foram na verdade desenhos de mulheres. Até porque não sei desenhar figuras que a sociedade identifique enquanto homens.

Eu gosto daquela frase que afirma que nossa caligrafia é o sotaque das mãos, na minha cabeça faz sentido. Por isso queria me expressar no papel.

Indignação é o que tá rolando aqui. Pelo menos da minha parte. Poderia estar na praia, cozinhando, desenhando, pintando, assistindo alguma série, vendo filme, lendo na areia e escutando o mar, conversando com minha mãe sobre qualquer coisa sem me preocupar com a hora de dormir ou ir para escola, todavia, aqui estou: indo para escola em um sábado.

Um dia lindo de sol, céu azul ciano, nuvens ausentes, o verde destacado das poucas árvores dessa cidade não sustentável, o calor adequado na minha pele depois de dias de frio, resfriado, sinusite e rinite. É o dia perfeito para perceber que vale a pena estar viva. Mesmo assim,

estou aqui, trancafiada em um paralelepípedo pra ir em outro (professora de matemática já pode me dar um ponto extra por essa).

A sociedade capitalista utiliza excessivamente os retângulos. São limitados e sufocantes quando se permanece muito tempo neles. Isso, é claro, caso você seja como eu e pensa e observa bastante.

Os paralelepípedos estão igualmente em demasia.

Eu quero ar livre, sol, areia, terra, folha, árvore, vida, estudo e não doutrina.

Minha mente voa na aula de física, voa por mim que não pode voar. Voar da angústia que me causa o moedor de gente. Os paralelepípedos tentam estreitar minha cabeça, minha linha de pensamento, eu quero expandir. A aula de física não é o problema, eu amo física. O problema é a forma que vão me avaliar a partir de questões de física. A angústia vem daí.

O pedido de socorro é porque estou cansada de ter que me preparar para o moedor de gente, desejo estudar, mas também ser feliz.

*Livia Barbosa Dornellas
10:37 - 11:03. 457. 3 de agosto,
ano que eu tenho 16, dia do teste
de matemática*

Carlos D'Ala 2024

CULTURA

VOCÊ FOI AO CINEMA NESTE ANO DE 2024?

Santa Cruz não tem sala de cinema

Apoio e investimento público são essenciais para democratizar acesso ao cinema

Carolina Rodriguez

O cinema é um território em disputa. Uma sociedade que não se vê nas telas é como uma casa sem espelho, sem referências, sem um olhar sobre si mesma, ficando refém da visão do outro. Por isso, é muito importante estimular o pensamento cultural sobre cinema brasileiro, investimento público na produção, na distribuição com políticas como cotas de tela, estímulo a espaços de exibição e salas alternativas.

O cinema brasileiro muitas vezes não chega ao grande público devido às dificuldades da distribuição. Concorrência com filmes de altos orçamentos, o valor dos ingressos e a localização das salas de cinema são problemas a enfrentar.

Segundo dados da Ancine, a cidade do Rio de Janeiro possui 205 salas, sendo 143 delas (69%) concentradas

em Zona Sul, Grande Tijuca, Barra e Jacarepaguá, regiões que abrigam apenas 16,31% da população. Em contraste, o bairro de Santa Cruz não possui nenhuma sala de cinema.

O bairro de Campo Grande, que já teve pelo menos quatro cinemas de rua — Cine Progresso, Cine Palácio, Cine Campo Grande e Cine Vila Nova — hoje conta com 12 salas de exibição localizadas em shopping centers comandadas por 2 redes exibidoras.

CINECLUBES PROMOVEM CULTURA E DEBATES

Os cineclubes também são ferramentas fundamentais na conexão entre o cinema e o público. Coletivos, movimentos sociais e da sociedade civil se organizam como agentes dessa democratização. Na Zona Oeste, alguns deles são o

Cine&Manas, que acontece na Casa Bosque e exibe filmes realizados por mulheres; o Cine Margarida, em Paciência; o Cine Casarão da ONG Ser Cidadão, em Santa Cruz; Cine Praça Seca; Cine Taquara; o Cinema de Quintal do Ponto de Cultura Escambo Cultural, em Jardim Sulacap; e o mais recente, o Cine Naquele Tempo, dedicado à história do cinema para crianças e adolescentes em Cosmos.

É crucial fortalecer e diversificar os canais de acesso ao nosso cinema, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de sua localização ou condição social, possam ver a si mesmos refletidos nas telas. Investimentos em políticas públicas e apoio a iniciativas locais são essenciais para a democratização do cinema e a construção de uma sociedade mais inclusiva, diversa e culturalmente rica.

Abaixo: Cine Palácio - Campo Grande Anos 70



SEGURANÇA PÚBLICA

VIOLÊNCIA POLICIAL X JOVENS NEGROS

Um grito ignorado pela justiça brasileira

Para defensor de direitos humanos, ações policiais são operações de guerra armadas que seguem um modelo de segurança escravocrata

Juliana Neris

Em 1997, os Racionais MC's lançaram "Capítulo 4, Versículo 3", denunciando a violência policial contra jovens negros nas periferias brasileiras. Décadas depois, jovens negros continuam sendo alvos principais da brutalidade policial. A música destaca: "60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada quatro mortos pela polícia, três são negros. Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros. A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente."

De julho de 2016 a julho de 2023, 286 crianças e adolescentes foram atingidos por armas de fogo em operações policiais, resultando em 112 mortes e 174 feridos, segundo o Instituto Fogo Cruzado. Em 2022, a análise do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) para a Mídia Alma Preta mostrou que a polícia matou exclusivamente pessoas pretas e pardas em 448 municípios brasileiros.

Recentemente, em 2020, João Pedro Mattos Pinto, 14 anos, foi executado por policiais da CORE no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo. A juíza Juliana Bessa Ferraz Krykhtine absolveu os réus, alegando "legítima defesa".

Outras execuções, como as de Cláudia Silva Ferreira e Johnnatha Oliveira, em 2014, também continuam impunes. Ambos foram mortos por policiais e, após dez anos, os réus foram absolvidos. Johnnatha foi atingido por um tiro de fuzil nas costas, enquanto Cláudia foi baleada e arrastada por 350 metros.

A maioria dos homicídios cometidos por policiais permanece impune. Entre 2005 e 2014, quase 8.500 pessoas foram mortas em ações policiais, segundo a Anistia Internacional Brasil.

A violência aumentou durante a intervenção federal, refletindo uma política de confronto e extermínio, tornando a guerra uma prática comum na gestão do RJ, onde o uso da violência é uma forma de governar. O conceito de necropolítica ajuda a entender quem tem direito à vida na cidade, com o sistema de justiça frequentemente culpando as vítimas e legitimando as mortes.



Arte de Sadio Menezes/N Coletivo & V de Vinagre

Acervo pessoal

"Não uso o termo impunidade, prefiro imunidade"



Entrevistamos Guilherme Pimentel, ex-ouvidor da defensoria pública, advogado popular e ativista de Direitos Humanos, que falou um pouco mais sobre esses casos.

SOBRE IMPUNIDADE

"Não uso o termo 'impunidade', prefiro 'imunidade', porque no Brasil não há impunidade, mas uma punição exacerbada, especialmente contra a maioria jovem. A ideia de resolver isso com mais punição só piora a situação da juventude negra, enquanto crimes cometidos por agentes públicos são imunizados".

HERANÇA DA ESCRAVIDÃO

"Esses casos refletem uma política pública de violência herdada da colonização escravocrata, que persiste na desumanização das vidas nas favelas e das pessoas negras". O caso de Johnathan Oliveira, morto com um tiro de fuzil em Manguinhos, ilustra como o sistema judicial, em sua forma racista e elitista, trata a violência estatal. A falta de punição não é impunidade, mas sim imunidade no Brasil. O sistema de justiça tende a penalizar excessivamente em sua maioria jovens negros."

LEIS MAIS DURAS

"O endurecimento das leis não resolve, pois não atinge os crimes cometidos por agentes públicos, perpetuando uma cultura de violência colonial que desumaniza vidas negras e das favelas. O direito à segurança, só nos interessa se for para garantir a segurança dos direitos. Nós precisamos ter isso em mente para romper com a ideia de que segurança pública é caçada humana. Essa visão é responsável por operações de guerra armadas que na verdade seguem um modelo de segurança escravocrata."

VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

Tragédia e resistência: o clamor por justiça em meio à violência

Tânia Rego/Agência Brasil

O assassinato de Jhonata Dalber Matos Alves, a brutalidade policial e a luta incansável de uma mãe por justiça

Emilly Assunção e Thiago Herminio

A quem pertence o direito de ir e vir? Segundo a Constituição Federal, a todos, em teoria. Na prática, pessoas negras possuem 3,8 vezes mais chances de morte por intervenção policial, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ainda segundo o Fórum, entre 2012 e 2021, cerca de 300 mil jovens foram assassinados no Brasil. Desses, 80% eram pessoas negras e 7 em cada 10 eram adolescentes e jovens entre 12 e 29 anos.

Compondo essa triste estatística, Jhonata Dalber Matos Alves tinha apenas 16 anos quando foi assassinado, em 2016, com um tiro na cabeça disparado por um policial militar lotado na UPP do Morro do Borel, Zona Norte do Rio de Janeiro. Como de costume, os policiais relataram uma troca de tiros, enquanto moradores da comunidade e familiares da vítima informaram na época que não houve confronto. Tratava-se de uma execução.

A POLÍCIA QUE MATA ANTES DE ABORDAR

Quanto vale a vida de um pobre, preto e favelado? No caso de Jhonata, um mísero saco de pipoca. No dia de sua execução, Jhonata atendeu a um pedido da mãe: foi até a casa de seus

tios buscar saquinhos de pipoca que seriam utilizados em uma festa que ocorreria na escola de um de seus irmãos mais novos. O que ninguém imaginava era que esses sacos de pipoca seriam utilizados como fator determinante para sua morte, pois segundo os moradores, os sacos que Jhonata carregava foram confundidos com um saco de drogas.

Estamos falando da polícia que extermina sem nenhum pudor e cautela. A vida de Jhonata certamente seria poupada se antes do policial atirar, o jovem fosse abordado e tivesse a chance de se identificar.

Desse ponto de partida, temos uma outra história muito semelhante, a de Maria Dalva da Costa Correia da Silva e Thiago Costa Correia da Silva.

Os destinos de Janaína e Dalva foram cruzados por um triste acontecimento: ambas tiveram os filhos assassinados por policiais no Morro do Borel. O filho de Dalva, Thiago, de 19 anos na época, foi morto sem chance de defesa no que ficou conhecido como Chacina do Borel, em abril de 2003. Além de Thiago, mais três pessoas foram assassinadas nesse dia. E foi exatamente a frase "Posso me identificar?", dita por um deles, que originou o movimento Posso me Identificar? esperando que a identificação impedisse que a pessoa levasse um tiro à queima roupa.



“HOJE A MINHA LUTA É ACOLHER OUTRAS MÃES QUE INFELIZMENTE CHEGAM. NÃO PAROU E INFELIZMENTE A GENTE SABE QUE NÃO VAI PARAR”.

JANAÍNA, MÃE DE JHONATA

O LUTO QUE SE TRANSFORMA EM LUTA

Coagidos pelos policiais e cerceados cada vez que as audiências se aproximavam, restou apenas a opção de transformar a dor e o medo em coragem para lutar por justiça honrando a memória de seu filho. “Eu falei pro meu marido, olha, a palavra medo já não existe mais no meu vocabulário. Medo eu tinha de perder o meu filho e aconteceu. E eu não vou abaixar a minha cabeça. A minha vida vai ser sempre assim”, declarou Janaína.

Até o momento, nenhum dos policiais envolvidos no crime sofreu qualquer punição, além da “boa e clássica” transferência de unidade. A mãe segue esperançosa de que o processo seja levado à júri popular e haja a possibilidade de a justiça ser feita. “Mas acho que vai dar certo, estou com esperança. E mesmo se a sentença não for favorável, a minha luta não vai acabar ali. E eu prometi ao meu filho que eu jamais iria esmorecer. Eu prometi ao meu filho no dia do enterro dele que de um jeito ou de outro a justiça seria feita”, completou.

RESSIGNIFICANDO O LUTO

Apesar de ter visto o fundo do poço, inspirada por pessoas que também perderam seus familiares para a violência policial, Janaína transformou seu luto em uma luta incessante por justiça se unindo a outras mães que perderam seus filhos e à movimentos contra a violência e a letalidade policial: “Hoje a minha luta é acolher outras mães que infelizmente chegam. Não parou e infelizmente a gente sabe que não vai parar”.

Há oito anos, Janaína segue travando uma batalha, segundo ela, para manter viva a memória de Jhonata, para que sua morte não seja em vão e reafirma: enquanto ela tiver memória, seu filho terá vida. “Quando a gente fala do nosso filho dá mais força pra gente, então toda vez que eu falo do meu filho eu me sinto forte. Eu sinto que ele está presente”, finalizou.

Henrique Zizo



QUANDO A VÍTIMA VIRA RÉU

Ainda no dia do crime, Janaína declara que os policiais zombavam, gargalhavam e debochavam da situação enquanto Jhonata lutava para sobreviver e a família e os amigos presentes esperavam por uma boa notícia. Boa notícia essa que nunca chegou.

Para além de toda a situação extremamente dolorosa, Janaína começaria uma nova batalha: a de provar a inocência de seu filho que jamais teve envolvimento com o tráfico. “Eu fiquei apavorada porque eu nunca tinha visto aquilo na minha vida, sabe? Era muita polícia. Para quem estava ali, parecia que meu filho era um criminoso, real”. Na época, foram espalhadas diversas notícias falsas ligando Jhonata à vida do crime e criminosos que já haviam até morrido.

Em uma série de violações que estavam longe do fim, ao chegar na Delegacia de Homicídios (DH) uma outra surpresa: a vida de Jhonata e suas redes sociais estavam impressas na sala do delegado, na tentativa de uma brecha para a criminalização do jovem. Janaína conta que o filho tinha mania de postar funks proibidos na página do Facebook. Ao ser questionada sobre uma postagem, disse ao delegado que todo favelado escutava proibido e perguntou se ele nunca tinha ouvido também.

“Você chega lá e vê seu filho de vítima passar a ser o réu, ser criminalizado, sabe? É muito triste. É muito triste. Eles matam a gente de novo, né?”, declarou Janaína.

INSPIRADA POR PESSOAS QUE TAMBÉM PERDERAM SEUS FAMILIARES PARA A VIOLÊNCIA POLICIAL, JANAÍNA TRANSFORMOU SEU LUTO EM UMA LUTA INCESSANTE POR JUSTIÇA SE UNINDO A OUTRAS MÃES QUE PERDERAM SEUS FILHOS E À MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA E A LETALIDADE POLICIAL



DESLOCAMENTO E DESIGUALDADE

Todos temos as mesmas 24 horas?

Pessoas pretas tem maior tempo de deslocamento do Brasil, segundo a PNS (Pesquisa Nacional de Saúde). No Rio de Janeiro, vive 16,2% da população preta brasileira, de acordo com dados do IBGE de 2022.

Lívia Barbosa Dornellas e Samuel Felipe Xavier

O Rio de Janeiro é o segundo estado mais preto do Brasil com 58% de pessoas não brancas. Na capital, temos 54,6% (IBGE 2022). O transporte na suposta cidade maravilhosa tem o 4º maior tempo médio de viagem do mundo. Cariocas passam mais ou menos 67 minutos no transporte público, se locomovendo de um ponto ao outro do município (MOOV-IT, 2022).

O tempo de deslocamento de pessoas pretas no Brasil pode chegar até 5,6 horas (PNS). Na região metropolitana do Rio, 32% de pretos(as) têm o trajeto diário de mais de uma hora. Isso de acordo com o professor e pesquisador do INCT Observatório das Metrôpoles e Laboratório de Mobilidade Sustentável (PROURB/UFRJ), Juciano Martins Rodrigues.

Transporte público é precário tanto no estado quanto na cidade do Rio de Janeiro. Muitas linhas de ônibus não têm uma frota adequada, os trens da SuperVia, com seus atrasos e frequentes interrupções e paralisações no serviço, confirmam essa afirmação.

LONGAS DISTÂNCIAS E DEMORA

Em 2018, uma pesquisa pelo Instituto Expert Market, dos Estados Unidos, com 74 cidades, apontou o Rio de Janeiro como o pior no quesito de mobilidade urbana. A pesquisa se baseou em: as baldeações

que o usuário pode realizar e como (meios), custo do transporte e o tempo de espera nas paradas.

De acordo com a pesquisa:

- 19,12% das pessoas que utilizam transporte público, fazem viagens curtas, de até uma hora;
- 11,73% realizam **viagens médias, de duas horas ou mais;**
- 32,72% de **uma a duas horas.**

O tempo médio de espera é de 21 minutos. A distância de cada viagem é por volta de 11,42km. “Nossa” cidade está em sétimo lugar em viagens longas, de mais de 12 km. 33,48% dos usuários percorrem mais de 12km em uma viagem.

Esses números são do Moovit, um app que muitos usam, mas nem todo mundo.

Ainda assim, mostram a situação em que estamos. Espera aí... Estamos quem? Quem são os viajantes? Sua cor de pele? Seu bairro? Trabalho? Cabelo? E você? Como é o transporte que você pega? Onde mora, no que trabalha e por quê? Já se perguntou?

Meu caro leitor(a), se você se identifica com os absurdos mencionados nesta matéria, talvez saibamos exatamente como você é. Nós, que escrevemos essa matéria, somos assim também. Pretas(os) e periféricos(as) da classe trabalhadora.

Uma média geralmente é feita a partir da soma de todos os números. Depois, divisão do resultado pela quantidade



Lívia Barbosa Dornellas

O TEMPO DE DESLOCAMENTO DE PESSOAS PRETAS NO BRASIL PODE CHEGAR ATÉ 5,6 HORAS (PNS). NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO, 32% DE PRETOS(AS) TÊM O TRAJETO DIÁRIO DE MAIS DE UMA HORA.



Carlos D/IA 2024

de números somados. Ou seja, não é o valor preciso de cada viagem de acordo com o transporte. É importante destacar. Se pensarmos nos transportes individualmente, teremos novas informações.

Sem dados mais recentes, podemos supor que os residentes dos bairros que são "contemplados" com o sistema BRT (Bus Rapid Transit) tiveram uma melhora significativa no serviço. Os ônibus contam agora com grade horária fixa, ar-condicionado em toda a frota, e maior acesso a outras zonas da cidade através de baldeações nas estações do próprio BRT. Mas, a situação dos ônibus intermunicipais - aqueles que fazem o serviço entre bairros e zonas do município do Rio - permanece igual.

RENOVAÇÃO DA FROTA SÓ AMENIZA PROBLEMA

Algumas empresas trouxeram em suas renovações de frota, ar-condicionado e tecnologias que poluem menos o ar que respiramos (Euro 6 - Ar mais puro). O problema só foi amenizado, uma vez que não são todas as empresas que contam com uma frota tão moderna assim. Mesmo as que contam, os obstáculos para que o futuro transporte público de qualidade no Rio se torne realidade, persistem. Dentre eles, o tempo em que passamos dentro dos coletivos.

Daremos o exemplo de uma estudante de um colégio no Humaitá, Zona Sul do Rio. Ela mora em Todos os Santos, Zona Norte do Rio. Essa jovem preta concursada do Colégio Pedro II, no auge da sua disposição, gasta parte considerável do seu tempo no transporte público. Para chegar às 13h, precisa sair de casa com 2h de antecedência! Como se tem qualidade de vida quando se fica 2h num ônibus abarrotado de gente se espremendo, todos no corre diário para sobreviver?

Os trens da SuperVia transportam 620 mil pessoas diariamente numa tarifa de R\$7,10.

Os problemas recorrentes, relacionados a má gestão da empresa, são muitos. Furtos de cabos. São sempre os furtos de cabos que interrompem a circulação dos trens... Bom, pelo menos é o que a concessionária diz.

Frequentemente, os ramais de extensão de Gramacho e Japeri são afetados pela indisponibilidade da operação dos poucos (bem poucos mesmo) trens que vão até as regiões de Saracuruna, Guapimirim e Vila Inhomirim. E não, não é por furto de cabos, é pelo simples fato de terem uma péssima estrutura nessas extensões dos ramais. Os trens que compõem a frota são totalmente ultrapassados, movidos a diesel, que antigamente, eram da frota principal (Belford Roxo, Deodoro, Gramacho, Santa Cruz e Japeri). Quando funcionam, não funcionam de fato. Estão atrasados, cheios e danificados. Quando tem lugar para se sentar, parte do assento foi arrancada. Às vezes o trem pode ser a única opção viável, já que na baixada, por exemplo, não tem metrô. Se as pessoas que moram na capital, já não têm acesso à cidade, imagine essas que moram na baixada/interior do estado!

Devemos pressionar o estado do Rio e a prefeitura a:

- Investir em tarifa zero;
- Aumentar a frota de transporte;
- Eletrificá-las tornando os transportes menos poluentes;
- Tornar os veículos mais acessíveis;
- Garantir segurança nos pontos de espera;
- Ampliar ciclovias;
- Expandir o metrô para locais não contemplados, como a baixada fluminense;
- Realizar integração entre os transportes.

É SOBRE SAÚDE!

Além do acesso à cidade, os que estão no poder também impedem nosso direito à saúde, à vida. Para entender isso, não te mostraremos pesquisas. Pensemos: vamos supor que uma pessoa trabalhe 8 horas por dia (48 horas por semana). Demora mais ou menos 1h pra se arrumar e tomar café. Para chegar no trabalho, são 2 horas. 4 horas, ida e volta. Já perdeu metade do dia e mais um pouco. Chegando em casa, casa para arrumar, comida pra fazer, se preparar para o dia seguinte. Dois empregos e trabalha aos sábados? Pior ainda. Com filha(o) para cuidar? Nem se fala. Como ter tempo para fazer exercícios físicos? Ter uma alimentação saudável? Ter hábitos e horas saudáveis de sono? Não consumir drogas como álcool, cigarro ou café? Como ser saudável sendo que o transporte que você pegou demora horas para chegar, quando chega está sem ar no calor de 50°C do Rio, caindo aos pedaços, lotado, maior trânsito, montão de gente te amassando de forma que você sinta ódio? Ódio

que deveríamos sentir de quem mantém essa sociedade. Além disso, só a raiva que passamos tentando nos locomover, cansa. É exaustivo. Sem contar a má circulação de tanto tempo em pé. A pergunta na verdade é: como ter saúde no sistema que a gente vive?

SÃO DIREITOS, NÃO FAVORES

Cabe ressaltar que mobilidade urbana e transporte são direitos, não favores do Estado. Este deve cumprir seus deveres e levar a sério o art. 6º da Constituição Federal. Todos também precisam saber que nossos direitos não foram "doados" pelo Estado. Foram conquistados com muita luta, resistência e insistência do povo oprimido. Por exemplo, imagina se ninguém se incomodasse com mulheres e analfabetos não podendo votar. Mais da metade da população não teria direito ao voto.

Somente com as Jornadas de Junho, em 2013, houve a criação do Conselho Municipal de Transportes do município do Rio de Janeiro.

Começa com um incômodo, torna-se indignação que vira motivo para lutar.

Motivos para lutar é o que não falta, né? Lutar não só por si, mas por todos aqueles desfavorecidos. Até porque você é um desfavorecido.

Os donos de tudo não são donos de tudo de fato. Não produzem suas riquezas. Os trabalhadores sim, são os verdadeiros donos. Se não nos organizarmos para reivindicar nossos direitos, passarão por cima. Temos que falar e amplificar a voz. Algo te indigna? Busque saber o porquê. Converse, leia, pesquise, observe e veja. Conte para seu colega, amigo, vizinho, sua associação, espaço religioso, familiares, parentes.

Se posicione e defenda os seus direitos e dos seus. Não esqueça de questionar.

Mas, se o sistema não funciona para você, não tenha dúvidas.

VOCÊ É DA CLASSE TRABALHADORA E PRECISA LUTAR, LUTAR PARA VIVER.



Guido Velissimo

COZINHAS SOLIDÁRIAS

INSEGURANÇA ALIMENTAR

Dois milhões de cariocas não comem o suficiente para viver bem

Alexsandro Moizinho, Matheus Carvalho, Marcio Barreto e Thales Rocha

A fome no Brasil é um problema gravíssimo. Embora esse problema não seja de hoje, os dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2022, eram alarmantes. Havia cerca de 21,1 milhões de pessoas que não tinham o que comer todos os dias. Este número corresponde a aproximadamente 10% da população nacional.

A situação está diferente. Mas o problema ainda existe. Novo relatório da ONU divulgado em 24 de julho de 2024 aponta que hoje são 14,3 milhões de famintos. 7 milhões de pessoas a menos. Mas ainda um número bem alto.

Se levarmos em conta aqueles que não sabiam se iam ou não comer, ou comiam muito mal, o número era 70,3 milhões em 2022. Entre 2021 e 2023 caiu pela metade: 30,6 milhões saíram da situação de insegurança alimentar. Mas, de acordo com a ONU, 39,7 milhões ainda estão nessa condição.

No Rio de Janeiro, de acordo com dados do Mapa da Fome da Cidade do Rio de Janeiro, de 2018 para cá, a fome severa cresceu 300%, passando de 2% para 7,9%. São 489 mil pessoas que passam fome na cidade.

Apesar da situação catastrófica, algumas iniciativas ligadas aos movimentos sociais apostam na solidariedade para diminuir os efeitos de uma realidade tão cruel. É o caso das cozinhas solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem

Teto (MTST), que estão espalhadas pelo Brasil, e de ações como a do Centro Socialista da Penha Circular (CSPC), coletivo que atua na zona norte do Rio de Janeiro.

CENTRO SOCIALISTA DA PENHA CIRCULAR (CSPC)

O CSPC promove mensalmente ações de solidariedade e combate à fome no Largo da Penha. Além da doação de alimentos, o coletivo busca dar um sentido político às ações de solidariedade. “Essa solidariedade se manifesta não apenas na ação de doar os alimentos, mas também no ato de confiança de doação voluntária de parte do salário para a realização da ação por um grupo que não esconde sua bandeira política”, afirma Lucas Greenhalg, coordenador das ações solidárias.

O coletivo aposta na criação de vínculos duradouros com a população em situação de rua do bairro da Penha para garantir não só que as pessoas tenham o que comer, mas também possam participar de atividades culturais e de debates políticos. “Nas ações solidárias, os beneficiados são convidados a participar de outras ações, como nas sessões do nosso Cineclube. Participam não como um objeto sobre o qual se impõe essa relação de “Salvador-salvado”, mas uma relação de sujeitos, de igual importância”, conclui o militante.

APESAR DA SITUAÇÃO CATASTRÓFICA, ALGUMAS INICIATIVAS LIGADAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS APOSTAM NA SOLIDARIEDADE PARA DIMINUIR OS EFEITOS DE UMA REALIDADE TÃO CRUEL.

COZINHAS SOLIDÁRIAS DO MTST NA LAPA, MORRO DO CÉU E SAPÊ

Para saber mais sobre iniciativas de cozinhas solidárias no Rio, entrevistamos Luiz Augusto (Guto), professor de história e coordenador Estadual do MTST-RJ. Ele ajuda na construção das Cozinhas Solidárias da Lapa, Morro do Céu e Sapê.

Vozes das Comunidades: Além do combate à fome e à insegurança alimentar, as Cozinhas Solidárias do MTST se preocupam com a qualidade nutricional. Como é feita a seleção dos alimentos e o preparo das quentinhas?

Guto: Não é apenas servir a comida. É que tipo de comida, como é produzido, qual o processo de circulação desse alimento. Tem todo um debate prévio antes de chegar na produção da quentinha. A gente prioriza principalmente os alimentos da agricultura familiar em parceria com o movimen-

to dos pequenos agricultores. Quando os alimentos chegam, o cardápio é pensado pelas cozinheiras, integrantes do movimento e voluntários de forma coletiva. Tudo é preparado no dia. Nada é requeitado.

VC: Estamos acompanhando o projeto de cozinhas solidárias do MTST se tornar política pública. Como está esse processo e quais os avanços?

Guto: Foi assinado pelo presidente Lula e está em processo de implementação. Teve um cadastro das cozinhas, que durou alguns meses, depois das entidades gestoras que vão gerir as cozinhas. Estamos esperando a implementação do programa. Já foi dado um passo que é o Programa de Aquisição de Alimentos específico para as cozinhas solidárias. Muitos estados já estão recebendo alimentos da agricultura familiar compradas pelo Governo. Aqui no Rio recebemos de 15 em 15 dias os alimentos. Mas o grosso do projeto ainda está em andamento.

VC: As Cozinhas Solidárias se espalharam pelo Brasil e cada vez mais tem se desdobrado em outros movimentos. Quantas existem no município do Rio? E como vocês veem essa expansão?

Guto: O projeto nasce em 2021 com a pandemia e a necessidade de alimentar nosso povo dentro de um contexto histórico muito complicado. Com a pandemia, 38 milhões de pessoas voltaram ao mapa da fome. No MTST, em qualquer ocupação de moradia a primeira coisa a ser levantada é a cozinha. Uma ocupação de moradia é também uma luta pela alimentação. Nelas são garantidos café, almoço e jantar para as pessoas da ocupação e do entorno que vão ali para almoçar. Isso é muito comum. Em 2021 decidimos expandir a experiência das cozinhas nas ocupações. Já existia uma experiência assim em São Gonçalo com o nome de Cozinha Comunitária de Santa Luzia. Depois chamamos de Cozinha Sem Medo. Depois, abrimos uma no Sapê, em Niterói. Es-



Instagram: Alexandro Moizinho



Alexsandro Moizinho

NO MTST, EM QUALQUER OCUPAÇÃO DE MORADIA A PRIMEIRA COISA A SER LEVANTADA É A COZINHA. UMA OCUPAÇÃO DE MORADIA É TAMBÉM UMA LUTA PELA ALIMENTAÇÃO.



Instagram: @mtstrij

As primeiras cozinhas no Rio de Janeiro que ganham outra dimensão com o Projeto das Cozinhas Solidárias, inaugurado em São Paulo. Hoje temos 52 cozinhas no Brasil. Aqui no Rio temos três: uma na Lapa e duas em Niterói. Em Niterói, temos no Sapê, na favela do Rato Molhado, e no Morro do Céu. São duas cozinhas com perfis diferentes da cozinha da Lapa, atendem mais pessoas em situação de rua. No Sapê e no Céu, são cozinhas dentro da favela. Um trabalho mais territorial e com outras atividades além da comida.

VC: As Cozinhas Solidárias têm desenvolvido um papel fundamental também na formação, na comunicação popular e no trabalho de base. Nos conte um pouco dessa experiência de outras iniciativas nos territórios.

Guto: Cada território tem uma dinâmica diferente nos estados. Brasília tem uma horta comunitária onde a galera se encontra para falar sobre política e ajudar na horta. Recife quer criar um cinema itinerante do MTST. No Ceará, tem atividade

com xadrez para as crianças. São atividades que servem para gente conseguir falar de questões que são complexas, nossa forma de entender o mundo e a sociedade. Aqui no Rio, na Lapa, a nossa relação é principalmente com as universidades para fazer extensão e no diálogo com a população em situação de rua. Temos estudantes do serviço social e da nutrição, unindo o saber universitário com o saber do movimento social. Fazendo um papel de assistência, mas também de formação. Hoje ampliamos essa incidência da Cozinha para ocupações no Centro, ajudando na organização e debatendo o que é o centro. No morro do Céu, uma cozinha nova, estamos fazendo reuniões de formação sobre moradia. E no Sapê, onde temos o maior número de atividades, temos a Escolinha Formigueiro que é uma atividade com as crianças. É um projeto guarda-chuva e dentro temos uma série de atividades: uma parte vai falar sobre ecologia e alimentação saudável, tem o teatro de luta que é feito por militantes atores e atrizes que produzem peças que abordam diferentes temas de lutas, te-

mos a roda de gestantes que vão debater o direito à vida e o direito das mulheres, temos o sacolão popular. Trazemos as pessoas para esses espaços e construímos ações. É o território que vai dar a saída para os problemas do território. Então, usamos essas atividades para pensar o território junto e coletivamente.

VC: Para o nosso leitor que se identifica e deseja conhecer ou ser voluntário do projeto das Cozinhas, como faz?

Guto: Podem nos procurar pelas redes sociais, fazer o contato e marcar uma visita. Para quem mora no Rio, a Lapa é mais fácil. Funciona todas as quartas e sextas. Nossa ideia é que a partir de setembro a gente volte a funcionar de terça à sexta. Quarta-feira é ideal para conhecer nosso trabalho. Pode ser voluntário: vai nos ajudar a cortar uma batata, uma cenoura. Precisamos de braços. No Sapê, funcionamos nos fins de semana, No morro do Céu, funciona de terça a sexta. Só mandar mensagem pelo instagram e vir conhecer nosso trabalho.

Instagram: @mtstrij



QUILOMBOS NO RIO DE JANEIRO

Cultura Quilombola como Resistência

“Muitas vezes somos silenciados, seja no espaço de trabalho, na escola, entre amigos, mas costumamos dizer que nossa história atravessou os revoltosos mares e chegou até aqui com todos os pesares e dores.”

Anna Paula de Souza Santos (Nadru)
e Cristiano Martins dos Santos

Os Quilombos sempre foram lugares de resistência, luta e cultura. No Brasil, o mais famoso foi o de Palmares, liderado por Zumbi. Durante séculos, os quilombos foram destruídos um a um e hoje os poucos que ainda sobrevivem tentam a todo custo se manter através de sua resistência.

A cultura quilombola é uma das mais ricas existentes nesse país. A dança, a comida e a arte se destacam. Mas como está sendo passada esta cultura para as novas gerações? O que pode ser feito para não perdemos algo tão importante para nossa sociedade?

MARILDA E ROBERTO, DUAS LIDERANÇAS

Entrevistamos líderes de dois quilombos diferentes: Marilda de Souza Francisco, Grio do Quilombo do Bracuí, que fica localizado em Angra do Reis, e Roberto Gomes Iberu Eniyan, cientista social, membro da coordenação da Central de Movimentos Populares-RJ e do Quilombo da Gamboa, que fica na zona portuária do Rio de Janeiro. Fizemos algumas perguntas e eles falaram como é espalhada essa cultura e como fazem para mantê-la viva.

Vozes das Comunidades: A gente sabe que o quilombo é um lugar de pertencimento, como vocês fazem para manter essa cultura?

“Quando falamos de pertencimento, buscamos referências nas nossas histórias que vieram de África com os povos escravizados. O processo de colonização nos faz, até os dias de hoje, perdermos nossos reais pertencimentos. Através das nossas infinitas formas de culturas, podemos nos reconhecer e promover, mesmo que a pequenos passos, nossas culturas ancestrais, que infelizmente vem sendo embranquecida dia após dia. Gosto muito de dizer que enquanto houver memórias ancestrais, mantere-

mos de pé as nossas variadas culturas.”, contou Roberto.

Já para Marilda, a importância da literatura oral, ajuda nesse processo: “Muita divulgação do quilombo, educação, turismo de base comunitária, com contação da história do quilombo, da nossa ancestralidade, de como o povo negro chegou aqui, através da história oral.”

VC: A luta de vocês abraça todas as questões. Como que o conhecimento cultural pode ajudar as pessoas a terem um olhar diferente sobre ela?

Segundo Marilda, não é fácil, mas possível “através de reuniões, participando de pal-

estra, incentivando o conhecimento para não deixar que outros venham e enganem o povo.”

Por outro lado, Roberto cita a importância de manter viva a história e as lutas do povo preto: “A luta do povo preto, sempre esteve em lugar de marginalidade. Nos foram tiradas todas as formas de exercer nossas e divulgar nossas formas multiculturais de existência. Para que tais processos culturais não caiam no esquecimento e se apague da verdadeira história, praticamos o fortalecimento das histórias orais com nossa juventude e até mesmo com nossas crianças. Para que nas próximas gerações, nossos legados culturais se perpetuem. Sempre levando nossas histórias e culturas de dentro para fora, seja para a pretitude, para a branquitude, nas universidades, nos parlamentos, e em todo lugar onde estivermos.”

TANTO O QUILOMBO DO BRACUÍ, QUANTO O DA GAMBOA ESTÃO ABERTOS PARA QUEM QUISER CONHECER UM POUCO MAIS DE SUAS LUTAS, DORES E CULTURA. SÓ CHEGAR COM RESPEITO AO CHÃO QUE ESTÁ PISANDO E A HISTÓRIA DE CADA UM QUE PISOU E ESTÁ PISANDO NESSE CHÃO TÃO SAGRADO PARA O POVO PRETO.

Acervo Pessoal



V.C: Os saberes do passado são muito importantes para formação da nossa identidade. A cultura trazida pelos europeus, busca apagar nossa cultura. Como fazer para deixá-la cada vez mais viva?

“É nossa ancestralidade que nos mantém de pé, e nos faz forjar nossa forma de existência a todo custo. Mesmo sabendo que o eurocentrismo faz tentativas perversas de conviver com nossa força, mesmo com as diversas dificuldades encontradas pelo caminho, o que nos fortalece é estarmos irmanados em prol da de nossa existência e de nossa vasta cultura, que muitas das vezes é apropriada pelos colonizadores”, explicou Roberto.

VC: Para finalizar, é importante para uma cultura a sua comida, música e ritos. Aqui no quilombo como isso acontece e como é passado para futuras gerações?

Marilda explicou que os alimentos servidos no Quilombo do Bracuí, são plantados no próprio quilombo e alguns ritos infelizmente não são mais praticados: “Na questão da comida procuramos servir alimento cultivado aqui mesmo. Na música tentamos manter viva a dança do jongo, porque ele inclui faces de fazer na hora, ou fazer as músicas em casa e levar pra cantar na roda.



portacoinfo.ufr.br

“MUITA DIVULGAÇÃO DO QUILOMBO, EDUCAÇÃO, TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, COM CONTAÇÃO DA HISTÓRIA DO QUILOMBO, DA NOSSA ANCESTRALIDADE, DE COMO O POVO NEGRO CHEGOU AQUI, ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL..”
MARILDA OLIVEIRA

Tentamos manter os ritos religiosos, tanto na religião católica, como na religião de matriz africana. Muitos ritos não são praticados mais, como os benzimentos, parteiras, ladainha nas casas.”

Para Roberto a maior bandeira do Quilombo da Gamboa é a música e a comida, mas sem deixar de lado a ancestralidade: “Nossos ritos e culturas atravessam nossa forma de entender o mundo. Muitas vezes somos silenciados, seja no espaço de trabalho, na escola, entre amigos, mas costumamos dizer que nossa história atravessou os revoltosos mares e chegou até aqui com todos os pesares e dores.

É desta forma que incentivamos nossas futuras gerações a não abaixarem a cabeça por mais que encontrem barreiras intransponíveis. Cumprimos nosso dever de casa, que é dar visibilidade aos nossos heróis e heroínas, que nos deixaram um grande legado. Temos que levá-lo adiante, transpondo gerações. Música preta, comidas que nos fazem rememorar toda nossa história, tem sido a nossa maior bandeira dentro e fora de nosso espaço.”

“ENQUANTO HOUVER MEMÓRIAS ANCESTRAIS, MANTEREMOS DE PÉ AS NOSSAS VARIADAS CULTURAS.”
ROBERTO GOMES



Instagram: @quilombodagamboa

Pelo direito de existir no Centro do Rio

Luisa Souto/NPC

Carla Andrade e Luisa Souto

No Rio de Janeiro, diversas ocupações urbanas são o local de moradia de milhares de famílias. É o caso das quase vizinhas Ocupação Manoel Congo, na Cinelândia, organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); e a jovem Ocupação Gilberto Domingos, na Lapa, que marca o início da atuação do Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) na luta pela moradia. Próximas fisicamente, mas com suas histórias separadas por anos de luta, as duas ocupações reúnem lutadores que nos mostram diariamente que enquanto morar for um privilégio, ocupar é um dever.

A Ocupação Manoel Congo começou em outubro de 2007, em um antigo prédio do INSS construído na década de 1940 e que estava sem uso há mais de 10 anos. Com muita luta e articulações, alguns anos depois os moradores da Ocupação conseguiram elaborar um projeto de reforma e conquistar, em negociação com os governos federal e estadual, a promessa de concessão do direito real de uso aos moradores após a conclusão das obras. E enquanto as obras acontecem, além das dezenas de famílias abrigadas, a Ocupação também mantém um projeto de geração de renda, o Tuia Café Cultural, um restaurante que diariamente serve comida deliciosa e com preço justo. E o dinheiro arrecadado com o restaurante ajuda na sustentação da luta. O endereço é Rua Evaristo da Veiga, 17, Cinelândia. Vamos lá?

Na Ocupação Gilberto Domingos, que teve início em



novembro de 2023, o caminho ainda é longo e os desafios, maiores. Também localizada em um imóvel abandonado do INSS, desta vez há 30 anos, ela é composta principalmente por trabalhadores informais que, organizados pelos Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), denunciam a falta de moradia na cidade e a dura realidade que enfrentam ao passar horas dos seus dias dentro do transporte para conseguir trabalhar. Essa ocupação é também uma resposta ao projeto da prefeitura que prevê a revitalização da área central da cidade, mas não inclui propostas para que o povo pobre possa ser parte dessa realidade. Enquanto a negociação com o INSS segue, os moradores vão, aos poucos, por conta própria, arrumando o espaço para que possam viver lá com o mínimo de condições. Em novembro de 2024, a Ocupação Gilberto Domingos completa 1 ano de resistência e luta. Um ano para celebrar a força desses trabalhadores e trabalhadoras!

Essas são apenas duas entre as histórias de dezenas de ocupações que resistem no Rio de Janeiro, onde o déficit habitacional, segundo dados da Fundação João Pinheiro, está em 409.640 domicílios apenas na Região Metropolitana do estado. Organizadas por movimentos sociais ou independentes, as ocupações urbanas são uma realidade e uma necessidade. E nós seguiremos acompanhando e fortalecendo essa luta!

ALÉM DO ALGORITMO

Como fazer comunicação popular em um mundo plataformizado?

Matheus Carvalho

Estamos diante de uma realidade cruel: cada vez mais, trabalhadores(as) perdem seus empregos formais (CLT) e entram em trabalhos por plataformas (Uber, 99, Ifood, Quinto Andar, etc.). Esses trabalhos não garantem nem mesmo o direito às férias e ao 13º salário, na maioria das vezes. Sendo assim, os sindicatos perdem força e, como consequência, também perde força a comunicação sindical.

Quem busca promover a comunicação popular precisa, então, de alternativas no que diz respeito a uma série de fatores. Em primeiro lugar, é necessário pensar qual tipo de mídia será tratado como prioridade. Nas

últimas décadas, diante das dificuldades financeiras que surgiram, boa parte dos canais de comunicação popular se deslocou das mídias físicas para a internet. Nesse processo, as redes sociais ganharam destaque impressionante. É difícil pensar em algum meio de comunicação popular que não tenha perfis no Instagram, no Facebook, X (antigo Twitter), ou outras plataformas parecidas.

A QUESTÃO DO ALGORITMO

Entretanto, o uso recente dessas mídias traz um problema: a questão do algoritmo. Quando os feeds de notícias eram organizados de acordo com a “linha do tempo”, qualquer conteúdo publicado poderia ter um alcance significativo. Bastava que

ele interessasse a um número significativo de pessoas que o acessaram naquele momento em que foi publicada a postagem. A entrada dos algoritmos nestas plataformas mudou completamente o alcance da comunicação popular. Em um primeiro momento (até a década passada, talvez), havia certo otimismo em relação ao uso da internet como ferramenta de veiculação de mídias alternativas. Hoje, esse otimismo só se sustenta se ignorarmos a realidade. As plataformas, comandadas por algumas das pessoas mais ricas do mundo, estão organizadas para manter o alcance da comunicação popular o mais baixo possível.

Nesse sentido, é necessário, em primeiro lugar, que os comunicadores populares saibam

do tamanho desse problema. É necessário superar o otimismo ingênuo com relação à internet. Isso não significa que devemos abandoná-la. Quer dizer apenas que precisaremos estudar as formas de reduzir as limitações impostas por Zuckerberg e companhia. Entretanto, esse estudo precisa ser contínuo, pois os algoritmos estão em constante modificação.

SÓ O VIRTUAL NÃO BASTA

Outro ponto importante é o seguinte: a comunicação popular não pode ser feita apenas através de meios virtuais. Caso o uso de mídias físicas tradicionais (jornais, panfletos, revistas, etc.) seja inviável ou inadequado, é necessário pensar em alternativas. Nenhum

meio pode ser descartado de cara. Um aspecto é fundamental: para que as mensagens que queremos passar adiante façam sentido, é necessária a presença dos comunicadores nos mais diversos espaços, principalmente nos espaços de contato direto com o público-alvo. Se estamos falando de um jornal de bairro, os comunicadores precisarão rodar diversas partes do território para torná-lo conhecido entre os moradores. Se estamos falando de um veículo sindical, o mesmo deve ser feito nos espaços de trabalho.

A COMUNICAÇÃO POPULAR FAZ PARTE DA LUTA DO POVO.

NÚCLEO PIRATININGA 30 ANOS

24 de julho é Dia da Comunicação Popular na cidade do Rio de Janeiro

No último dia 24/7, o Núcleo Piratininga de Comunicação realizou, na Cinelândia, uma atividade de celebração do Dia Municipal da Comunicação Popular no Rio de Janeiro. A data foi criada em 2017 em homenagem a Vito Giannotti, metalúrgico e grande lutador pela comunicação dos trabalhadores, que faleceu em 24 de julho de 2015. Juntos, Vito e sua companheira, Claudia Santiago, fundaram o NPC em 1994. A programação começou às 10h e se estendeu até às 18h, com uma tenda da comunicação popular, distribuição de jornais e materiais, quiz com livros

como brinde, exposição de fotos, entrevista ao vivo e roda de conversa.

Estiveram presentes representantes dos grupos: Conexões Periféricas, Fotoguerilha, Coletivo de Coletivos, O Cidadão, Fórum Grita Baixada, Movimento de Comunidades Populares, Emerge-UFF, Curso de Extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos da UFRJ, Raízes em Movimento, Redes da Maré, Associação Projeto Roda Viva, Garotas da Maré, ABI, Brasil de Fato/RJ, Rádio Ativa, PPG Informativo, Web Rádio Censura Livre, Fala Mangueiros, Teia dos Povos do Rio de Janeiro. Também marcaram

presença jornalistas como Adilson Cabral, Gizele Martins, Pedro Barreto e dirigentes da ABI e do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, além de parlamentares e pré-candidatos do campo da esquerda carioca.

A produção e agitação do dia ficou por conta da Rede de Comunicadores do NPC, que conta com alunos e ex-alunos do nosso Curso de Comunicação Popular.

O ano de 2024 é especial para o NPC, que

completa 30 anos de existência e 20 anos do seu curso de comunicação popular. São marcos importantes, mas que se tornam ainda mais especiais se celebrados em conjunto com aqueles com quem caminhamos ao longo desse período.



Fotos: Adriana Medeiros



O FESTIVAL DA COMUNICAÇÃO SINDICAL E POPULAR, REALIZADO ANUALMENTE NA CINELÂNDIA, ESTÁ NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO

